



TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE PISO VINÍLICO HETEROGÊNEO AUTOPORTANTE (LVT/LOOSE-LAY) EM RÉGUAS, PADRÃO AMADEIRADO, COM ESPESSURA DE 4,0MM, DESTINADO ÀS DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APENAS FORNECIMENTO DE MATERIAL, SEM INSTALAÇÃO).



SUMÁRIO

1 DO OBJETO.....	3
2 DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	4
3 DA DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO MATERIAL.....	5
4 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	7
5 DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS	10
6 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS E DE JULGAMENTO	11
7 DA EXECUÇÃO, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA	11
8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	13
9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (MPRJ)	15
10 DA GARANTIA DO MATERIAL	17
11 DOS CRITÉRIOS DE FATURAMENTO E PAGAMENTO	19
12 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	21
13 DOCUMENTOS E DEMAIS ANEXOS	23
14 DA IDENTIFICAÇÃO DOS ELABORADORES	25



1 DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por finalidade a aquisição de piso vinílico em régua, destinado à modernização e à adequação física de ambientes utilizados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

A presente contratação observará as condições, quantitativos e demais especificações constantes nos anexos deste Termo de Referência, quais sejam: Anexo I – Especificação dos Materiais, Anexo II – Planilha Orçamentária, e Anexo III – Acesso ao Local de Entrega, que passam a integrar este documento para todos os fins.

Em atendimento ao princípio do planejamento da contratação e à necessidade de definição precisa do quantitativo a ser adquirido, estabelece-se que o fornecimento observará os seguintes parâmetros:

- O quantitativo total a ser contratado corresponde a 373,76 m² (trezentos e setenta e três vírgula setenta e seis metros quadrados) de piso vinílico.
- A área útil de instalação indicada no projeto arquitetônico é de 266 m², tendo sido considerado percentual adicional destinado a perdas técnicas decorrentes de recortes, ajustes e aproveitamento de peças durante a instalação. A partir dessa estimativa, chegou-se à necessidade aproximada de 372,4 m² de material.
- Considerando que a comercialização do produto no mercado ocorre exclusivamente em caixas fechadas, contendo metragem previamente definida pelo fabricante, o quantitativo final foi ajustado para 373,76 m², correspondente ao múltiplo de embalagens necessário para atendimento integral da demanda estimada.
- Para fins de garantia do fabricante, integridade do material e padronização do fornecimento, o produto deverá ser entregue em caixas originais de fábrica, lacradas e pertencentes ao mesmo lote produtivo, não sendo admitido o fornecimento de embalagens fracionadas.



- Caso a licitante vencedora ofereça produto cuja metragem por embalagem resulte em fornecimento total ligeiramente superior ao quantitativo estabelecido, eventual metragem excedente será considerada bonificação comercial, sem qualquer acréscimo de custo para a Administração, permanecendo a liquidação da despesa limitada ao quantitativo de 373,76 m² previsto neste Termo de Referência.

Em estrita observância ao artigo 41, inciso I, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021 e à consolidada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a indicação da marca "Tarkett - Linha Square Coleção Flow, Cor Cedro (Cód: 24268654)" neste Termo de Referência serve única e exclusivamente como parâmetro balizador de referência e qualidade.

- É assegurado aos licitantes o direito irrestrito de ofertar produtos de outras marcas, desde que caracterizados como equivalentes ou similares.
- Para que a similaridade seja aceita pela Administração, o produto ofertado deverá comprovar possuir, obrigatoriamente, a mesma concepção tecnológica (autoportante), a mesma espessura milimétrica e capa de uso e resistência, padrão estético semelhante, compatível com acabamento amadeirado de tonalidade equivalente à referência indicada, podendo a sua aceitação estar condicionada à prévia aprovação de amostra física pela Fiscalização da GMC durante a fase de julgamento.

2 DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição insere-se no contexto das ações de modernização e adequação física de ambientes institucionais localizados no Edifício Bay View, unidade pertencente ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (CRAAI Rio de Janeiro).

A intervenção tem por objetivo promover a melhoria das condições de uso dos espaços institucionais, assegurando infraestrutura compatível com as atividades desenvolvidas, bem como proporcionando maior funcionalidade,



durabilidade e conforto ambiental aos usuários.

Nesse contexto, a substituição do revestimento de piso existente mostra-se necessária para atender às adequações previstas no projeto arquitetônico, bem como para garantir melhores condições de segurança, acessibilidade e padronização estética dos ambientes institucionais.

A especificação do piso vinílico na modalidade autoportante (Loose-lay / apoiado) decorre de critérios técnicos relacionados à engenharia de manutenção predial e à funcionalidade dos ambientes institucionais.

- **Compatibilidade com sistema de piso elevado:** Conforme indicado no Projeto Executivo de Arquitetura, os ambientes contemplados pela intervenção possuem sistema de piso elevado em parcela significativa de sua área. Nesse contexto, o revestimento vinílico autoportante apresenta-se como solução tecnicamente adequada, uma vez que sua instalação permite a remoção e reposicionamento das régua de forma rápida e controlada, sem comprometer o sistema existente.
- **Facilidade de manutenção predial:** A tecnologia autoportante possibilita acesso simplificado ao espaço técnico existente sob o piso elevado, permitindo intervenções de manutenção em instalações elétricas, lógicas ou de comunicação sem a necessidade de remoção permanente do revestimento.

Adicionalmente, eventuais danos localizados no revestimento podem ser solucionados mediante substituição pontual de peças, reduzindo significativamente o impacto das intervenções de manutenção e contribuindo para maior eficiência operacional e economia ao longo do ciclo de vida do material.

3 DA DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO MATERIAL

O objeto da presente contratação consiste no fornecimento de piso vinílico



em régua, destinado à aplicação em ambientes institucionais do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, conforme condições, quantitativos e requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

As características técnicas, requisitos de desempenho, padrões dimensionais, exigências de qualidade, critérios de sustentabilidade, normas técnicas aplicáveis e demais parâmetros de aceitação do material encontram-se descritos detalhadamente no ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS, que integra este Termo de Referência para todos os fins.

O material deverá ser fornecido em embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, contendo identificação do fabricante, modelo do produto e demais informações necessárias à sua rastreabilidade.

Para fins de padronização estética e garantia do fabricante, todas as unidades fornecidas deverão pertencer ao mesmo lote produtivo, visando assegurar uniformidade estética e evitar variações de tonalidade entre as régua, não sendo admitido o fornecimento de caixas fracionadas ou provenientes de lotes distintos.

O produto ofertado deverá atender às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas, devendo a licitante comprovar, quando solicitado pela Administração, que o material atende aos requisitos ambientais e de saúde ocupacional previstos nas normas técnicas e especificações constantes do ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS.

A Administração poderá exigir da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, após a etapa de julgamento das propostas, a apresentação de amostra física do produto ofertado, para verificação de conformidade com as especificações técnicas e padrões estéticos definidos no ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS.

A amostra será submetida à análise da equipe técnica da Gerência de Manutenção Civil, podendo ensejar a desclassificação da proposta caso seja constatada divergência relevante em relação às exigências estabelecidas.



O prazo para apresentação da amostra será de até 03 (três) dias úteis, contados da convocação formal.

A amostra deverá ser entregue em embalagem original ou acompanhada de identificação clara do fabricante, modelo, lote e demais informações necessárias à sua rastreabilidade.

A análise da amostra será realizada pela equipe técnica da Gerência de Manutenção Civil, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, com base em critérios objetivos previamente definidos, incluindo:

- I. conformidade com as especificações técnicas constantes no ANEXO I;
- II. verificação da espessura nominal (4,0 mm) e da capa de uso;
- III. características do sistema autoportante (loose-lay);
- IV. padrão estético amadeirado compatível com a referência indicada;
- V. uniformidade de acabamento e integridade da peça;
- VI. compatibilidade com uso comercial (tráfego intenso).

Caso a amostra seja reprovada, poderá ser concedido prazo de até 03 (três) dias úteis para apresentação de nova amostra, a critério da Administração.

A não apresentação da amostra no prazo estipulado ou a sua reprovação implicará a desclassificação da proposta, sendo convocado o licitante subsequente, obedecida a ordem de classificação.

Será assegurada aos licitantes a possibilidade de acompanhamento do procedimento de análise das amostras.

O procedimento de análise será previamente divulgado, com indicação de data, horário e local de realização, sendo também divulgado o resultado da avaliação.

4 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Em estrita observância ao princípio da segurança jurídica e ao comando inserto no artigo 72, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o artigo 1º,



inciso V, da Portaria Regulamentar SGMP nº 06/2022, a futura contratada deverá comprovar que preenche todos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e qualificação técnico-operacional. A comprovação destas condições será realizada, preferencialmente, mediante consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), cabendo à empresa assegurar a validade e a atualização de seus documentos no referido sistema, nos termos do artigo 87 da Lei nº 14.133/2021.

Regularidade jurídica:

- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- No caso de microempreendedor individual: certificado da condição de microempreendedor individual, acompanhado do documento de identificação da pessoa física/microempreendedor;
- No caso de sociedade empresária, inclusive a unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- No caso de sociedades anônimas (por ações), o Estatuto Social deverá vir acompanhado: (I) dos documentos de eleição de seus administradores; (II) da publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, ou a veiculação na imprensa oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, na forma do art. 94 c/c art. 289 da Lei nº 6.404/76;
- No caso de proponente estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, se for o caso.

Regularidade fiscal e trabalhista:

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, através da apresentação das respectivas certidões negativas de débito ou positivas com efeito de negativas do domicílio fiscal ou sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, ressalvada a hipótese de a proponente não ser contribuinte de um destes órgãos, caso em que deverá apresentar a Certidão de Não Contribuinte;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Qualificação Técnico-Operacional:

A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da presente contratação, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de piso vinílico ou



material similar, compatível em características com o objeto licitado.

Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional.

Somente serão aceitos atestados referentes a contratos já concluídos, não sendo admitidos atestados de contratos em execução.

5 DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas na forma do Anexo II – Planilha Orçamentária.

Na proposta de preço deverá constar:

- Seu prazo de validade o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- A discriminação detalhada dos materiais ofertados, incluindo, quando aplicável, marca e modelo;
- A quantidade solicitada;
- O valor unitário e total;
- O prazo de entrega;
- A garantia, quando aplicável;
- Dados relacionados à sociedade empresária, como nome fantasia, razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefones de contato e e-mail.

O Ministério Público poderá solicitar, se necessário, catálogos, prospectos, desenhos, declarações de fabricantes, assistência técnica ou quaisquer outras informações não apresentadas anteriormente ou necessárias ao esclarecimento do objeto.



Os catálogos, prospectos, desenhos e detalhes mencionados no item anterior e encaminhados pela licitante, passarão a ser de propriedade deste Ministério Público.

6 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS E DE JULGAMENTO

O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR VALOR GLOBAL**, por se tratar de aquisição de bens de padronização mercadológica comum. O julgamento recairá sobre a proposta que apresentar o menor valor total, desde que atendidas as especificações técnicas, prazos e equivalência de marcas estipuladas.

Será desclassificada a proposta que apresentar valor superior ao teto máximo estimado pela Administração, bem como aquela que consignar preços unitários manifestamente abusivos, incompatíveis com a realidade do mercado ou que não atenda às exigências técnicas, de habilitação e de prova documental de qualidade exigidas neste instrumento.

7 DA EXECUÇÃO, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

O fornecimento do quantitativo total do piso vinílico deverá ocorrer no Almoxarifado Central, conforme Anexo III – Acesso ao Local de Entrega.

- A entrega deverá ocorrer com frete, seguro, transporte e descarregamento integralmente por conta da Contratada, incluindo a disponibilização de equipe de carregadores em número suficiente para a movimentação das caixas.
- Não será permitido requisitar auxílio de servidores, terceirizados ou agentes de segurança do MPRJ para a movimentação ou descarregamento do material.

Visando preservar a integridade estrutural e a estabilidade dimensional do



material até o momento de sua instalação pela equipe do MPRJ, a Contratada deverá observar os seguintes critérios no ato da entrega:

- O material deverá ser entregue em caixas originais de fábrica, lacradas e íntegras, mantidas obrigatoriamente em posição horizontal sobre superfície plana e elevada.
- Deverá ser respeitado o limite máximo de empilhamento recomendado pelo fabricante, a fim de evitar deformação, esmagamento ou empenamento das réguas vinílicas durante o armazenamento.
- O prazo máximo para entrega integral do objeto será de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento formal da Nota de Empenho pela Contratada.
- A entrega deverá ser previamente agendada junto à Fiscalização da Gerência de Manutenção Civil (GMC), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, devendo ocorrer em dias úteis e dentro do horário de expediente da unidade, salvo autorização expressa da Administração.

Tratando-se de aquisição de bens, o recebimento do material observará o procedimento previsto no artigo 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, compreendendo as seguintes etapas:

Recebimento Provisório (Ato da Entrega):

Realizado no local de entrega, mediante conferência preliminar do material pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato. Nessa etapa serão verificados:

- a quantidade de caixas entregues e sua compatibilidade com o quantitativo contratado;
- a integridade das embalagens;



- a identificação do lote de fabricação, devendo todas as caixas pertencer ao mesmo lote produtivo.

Constatada a presença de caixas avariadas ou a mistura de lotes distintos, o material poderá ser rejeitado e devolvido à transportadora, cabendo à Contratada providenciar a substituição.

Recebimento Definitivo (Análise Qualitativa):

Será realizado no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, mediante termo circunstanciado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

- A fiscalização poderá abrir caixas por amostragem para verificar a conformidade do material com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e nos anexos correspondentes.
- O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do material fornecido, nem a obrigação de sanar eventuais vícios ocultos que venham a ser constatados posteriormente.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, em especial as diretrizes do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, constituem obrigações e responsabilidades inafastáveis da CONTRATADA:

- Fornecer o piso vinílico de acordo com as especificações técnicas, marca, linha, modelo e cor da amostra previamente aprovada ou da proposta vencedora.
- É vedada a alteração da marca ou do modelo do produto após a adjudicação do objeto. A substituição excepcional somente será admitida mediante prévia e formal justificativa da Contratada, comprovando motivo de força



maior, e desde que o novo produto ofertado seja de qualidade reconhecidamente igual ou superior ao original, submetendo-se a nova aprovação de amostra pela Fiscalização do MPRJ, sob pena de rescisão e sanção por inexecução.

Da Logística de Descarregamento e Proteção ao Patrimônio Público:

- Efetuar a entrega responsabilizando-se por todos os custos operacionais de frete, seguro, tributos e descarregamento das caixas no local indicado no Anexo III deste Termo de Referência.
- Responder integral e objetivamente por quaisquer danos físicos, avarias ou prejuízos causados ao patrimônio do MPRJ ou a terceiros, decorrentes de imperícia ou negligência de seus funcionários ou da transportadora subcontratada durante a movimentação de carga nas dependências do edifício, arcando com os custos de reparação imediata.

Da Responsabilidade Trabalhista, Fiscal e de Segurança:

- Assumir a responsabilidade exclusiva por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento, não havendo, sob nenhuma hipótese, vínculo empregatício entre os empregados da Contratada (ou da transportadora) e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
- Garantir que os profissionais designados para a entrega e o transporte vertical das caixas compareçam ao MPRJ devidamente identificados e munidos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à movimentação ergonômica de carga (como botas de segurança e luvas), eximindo a Administração de qualquer responsabilidade civil ou penal por eventuais acidentes de trabalho ocorridos durante a descarga.



Do Dever de Reparação e Substituição de Materiais Viciados:

- Em estrita observância ao artigo 119 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de falha de fabricação, transporte inadequado ou armazenamento incorreto.
- A substituição de caixas avariadas ou de caixas que não pertençam ao mesmo lote de fabricação exigido no Anexo II, deverá ocorrer no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da notificação formal expedida pela Fiscalização, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

Da Cláusula de Integridade, Anticorrupção e Proteção de Dados (LGPD):

- A Contratada e seus prepostos (entregadores/transportadora) obrigam-se a observar incondicionalmente as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).
- Fica expressamente vedado aos entregadores e motoristas fotografar, filmar ou gravar as dependências internas do MPRJ sem autorização expressa, bem como oferecer brindes, favores ou vantagens pecuniárias de qualquer natureza aos servidores públicos, pregoeiros ou fiscais de contrato, sob pena de rescisão imediata e responsabilização administrativa e penal da empresa.

9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (MPRJ)

Em estrita observância aos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, bem como às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, constituem obrigações e prerrogativas inafastáveis do Ministério Público do



Estado do Rio de Janeiro (MPRJ):

Da Gestão, Fiscalização e Acompanhamento:

- Designar formalmente, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, o Gestor e o Fiscal do Contrato (ou instrumento equivalente), os quais atuarão como representantes da Administração na unidade requisitante (Gerência de Manutenção Civil - GMC), com autoridade para exercer o acompanhamento, o controle e a fiscalização do fornecimento do material.
- Anotar em registro próprio (autos do processo eletrônico) todas as ocorrências relacionadas à entrega do piso vinílico, determinando à Contratada a regularização imediata de faltas ou defeitos observados.
- Do Acesso e Condições de Recebimento Logístico:
- Garantir aos funcionários da Contratada (ou da transportadora por ela designada) o livre acesso ao local de entrega, nos dias e horários previamente agendados e autorizados pela Fiscalização, providenciando as liberações necessárias junto à segurança predial para viabilizar a descarga do material.
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos prepostos da Contratada, desde que pertinentes à perfeita logística de entrega do objeto.

Do Rito de Inspeção, Aceite e Delimitação da Responsabilidade da Fiscalização:

- Receber o objeto de forma provisória e definitiva, nos estritos prazos e ritos estabelecidos no Capítulo 7 deste Termo de Referência (em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021).
- Delimitação de Responsabilidade da Fiscalização (Acórdão nº 6.138/2025-



TCU): Consoante o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, resta estabelecido que o ateste de recebimento definitivo exarado pela Fiscalização da GMC no documento fiscal refere-se, precipuamente, à conformidade aparente, métrica e quantitativa das embalagens no ato da entrega. Tal ateste não exime, atenua ou extingue a responsabilidade civil, administrativa e técnica da Contratada por vícios redibitórios (ocultos) ou defeitos de fabricação que venham a ser detectados posteriormente, seja durante a abertura das caixas para instalação ou durante todo o período de fruição da garantia quinquenal estipulada.

Da Notificação:

- Notificar formalmente a Contratada, por escrito, sobre quaisquer vícios, defeitos, empenamentos ou irregularidades identificadas no piso vinílico após a abertura das caixas, fixando prazo para a substituição do material, sob pena de recusa do lote e abertura de procedimento administrativo para comunicar à autoridade competente o eventual descumprimento contratual.

10 DA GARANTIA DO MATERIAL

Em estrita observância ao artigo 92, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021 e aos ditames da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor, aplicável subsidiariamente), o material fornecido estará sujeito a regras de garantia contra defeitos de fabricação e vícios redibitórios.

- A Contratada deverá assegurar, com o respaldo do fabricante, garantia técnica integral contra defeitos de fabricação do piso vinílico autoportante por um prazo mínimo de 5 (cinco) anos para uso comercial (tráfego pesado), contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- A licitante vencedora deverá entregar, juntamente com o material, o



Certificado de Garantia original emitido pelo fabricante, atestando a cobertura para o lote fornecido.

A garantia exigida deverá cobrir, obrigatoriamente e sem qualquer ônus financeiro para o MPRJ (incluindo isenção total de custos de frete para reposição), as seguintes anomalias intrínsecas ao produto:

- **Desgaste Prematuro:** O desgaste acelerado, a perfuração ou a delaminação (descolamento) da capa de uso de 0,7mm em condições normais de tráfego de pedestres e cadeiras de escritório;
- **Estabilidade Dimensional e Estrutural:** O empenamento, encolhimento, retração ou curvatura excessiva das régua de LVT após a aclimação no ambiente, que não sejam decorrentes de falha no contrapiso;
- **Vícios Estéticos de Origem:** O desbotamento precoce da cor (padrão Cedro) não causado por exposição direta e contínua à luz solar, bem como o esfarelamento da base de apoio do piso.
- **A lavratura do Termo de Recebimento Definitivo das caixas pela Fiscalização da GMC não exclui nem atenua a responsabilidade da Contratada por vícios ocultos que só venham a ser detectados no momento da instalação pela equipe do MPRJ (ex: régua com espessura irregular no meio do lote, defeitos de encaixe ou manchas invisíveis nas régua inferiores da caixa).**
- **Identificado o vício oculto, a Administração notificará a Contratada, que terá o prazo inarredável de 15 (quinze) dias corridos para recolher o material defeituoso e substituí-lo por caixas novas, pertencentes obrigatoriamente ao mesmo lote produtivo originalmente entregue, em obediência ao artigo 119 da Lei nº 14.133/2021.**

Tendo em vista a natureza desta contratação (estrita aquisição de bens),



resta expressamente pactuado que a Contratada **não** possuirá responsabilidade civil sobre vícios decorrentes de falhas na execução da instalação, irregularidades no contrapiso predial ou uso de adesivo inadequado, cujos riscos recaem sobre a Administração.

- Contudo, é vedado à Contratada ou ao fabricante presumir, de forma unilateral e sem laudo técnico fundamentado, que eventual defeito apresentado no material seja decorrente de falha de instalação para se eximir da garantia.

Na hipótese de acionamento da garantia e efetiva substituição de réguas ou caixas viciadas, o prazo de garantia legal e contratual será interrompido e reiniciado integralmente para os novos materiais fornecidos, a contar da data de sua efetiva entrega e aceite no MPRJ.

11 DOS CRITÉRIOS DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

Em estrita observância às normas de Direito Financeiro e aos preceitos da Lei nº 14.133/2021, o rito de liquidação e pagamento da despesa decorrente desta aquisição obedecerá às seguintes diretrizes:

- O pagamento será efetuado em parcela única, correspondente ao fornecimento integral dos 373,76 m² de piso vinílico exigidos neste Termo de Referência.
- É terminantemente vedada a realização de pagamento antecipado. A liquidação da despesa está inafastavelmente condicionada à prévia emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Fiscalização da Gerência de Manutenção Civil (GMC), o qual atestará que as caixas entregues pertencem ao mesmo lote produtivo, encontram-se em perfeito estado e correspondem à marca/amostra aprovada.



A Contratada deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) contendo a identificação completa do objeto fornecido, incluindo marca, linha ou modelo, espessura e cor do produto, bem como o número da respectiva Nota de Empenho.

A Nota Fiscal deverá ser apresentada acompanhada do Certificado de Garantia do Fabricante, comprovando a cobertura mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, conforme previsto neste Termo de Referência.

Caso o produto ofertado possua metragem por embalagem que exija o fornecimento de quantitativo físico superior aos 373,76 m² empenhados, em razão da obrigatoriedade de fornecimento em caixas fechadas de fábrica, a Nota Fiscal deverá discriminar a quantidade efetivamente entregue, incluindo a metragem total fornecida e o respectivo número de caixas.

- Para fins de compatibilização com o valor financeiro da Nota de Empenho, que contempla exclusivamente o quantitativo de 373,76 m², o faturamento deverá permanecer limitado a esse quantitativo.
- Na hipótese de fornecimento físico superior ao quantitativo empenhado, decorrente da necessidade de fornecimento em embalagens fechadas do fabricante, eventual metragem excedente será considerada bonificação comercial sem ônus para a Administração.
- O pagamento será efetuado mediante crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de atestação da Nota Fiscal Eletrônica pela Fiscalização do MPRJ.
- O processamento do pagamento observará rigorosamente a ordem cronológica de exigibilidade para a categoria de contratos de "fornecimento de bens", em obediência ao artigo 141, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- Previamente ao encaminhamento da ordem de pagamento, a Administração



verificará, por meio de consulta ao SICAF ou aos sites oficiais, a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas na fase de contratação.

- Constatada eventual irregularidade, a Contratada será notificada para regularizar sua situação. A permanência da irregularidade não impedirá o pagamento pelos bens já efetivamente entregues e atestados (sob pena de enriquecimento ilícito do Estado), mas ensejará a imediata comunicação aos órgãos arrecadadores e a abertura de processo administrativo sancionatório contra a infratora, sem prejuízo da retenção de créditos decorrentes de multas aplicadas.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento motivados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, calculados *pro rata die* entre a data prevista para o pagamento e a data da efetiva quitação, utilizando-se o índice de correção monetária legalmente admitido.

- Não caberá atualização financeira se o atraso no pagamento decorrer de falha da Contratada na emissão da Nota Fiscal, de erros nos dados bancários informados ou de recusa na substituição de materiais viciados identificados no recebimento provisório.

12 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em estrita observância aos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e ao artigo 11 da Resolução GPGJ nº 2.628/2024, que exige a previsão detalhada de sanções nos instrumentos convocatórios, a Contratada estará sujeita à responsabilização administrativa caso incorra em condutas ilícitas ou descumpra as obrigações assumidas.

Comete infração administrativa, sujeitando-se às penalidades legais, a Contratada que:



- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Der causa à inexecução total da contratação;
- III. Ensejar o retardamento injustificado da execução;
- IV. Entregar o material com vícios de qualidade, com espessura inferior aos 4,0mm exigidos, ou, precipuamente, fornecer caixas com mistura de lotes de fabricação, comprometendo a padronização estética do projeto arquitetônico;
- V. Deixar de entregar a documentação acessória essencial à perfeita fruição do bem (em especial, o Certificado de Garantia de 5 anos emitido pelo fabricante);
- VI. Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação ou cometer fraude na entrega da amostra.

Das Sanções Aplicáveis:

Garantido o prévio contraditório e a ampla defesa no bojo do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), a Contratada infratora estará sujeita às seguintes sanções, conforme os parâmetros do artigo 12 da Resolução GPGJ nº 2.628/2024:

- **Advertência:** Aplicável nos casos de faltas leves que não acarretem prejuízos significativos ao MPRJ, desde que a Contratada sane o vício no prazo estipulado pela Fiscalização.
- **Multa:** Aplicável de forma isolada ou cumulativa com as demais sanções, recaindo sobre o valor total adjudicado ou sobre a parcela inadimplida, nos percentuais definidos no item 12.3.
- **Impedimento de Licitar e Contratar:** Aplicável nos casos de inexecução contratual ou retardamento grave, com prazo máximo de até 3 (três) anos, com abrangência na Administração Pública Estadual.
- **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar:** Aplicável nos casos de fraude à licitação, apresentação de documento falso ou conduta dolosa,



com prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Da Dosimetria e Percentuais de Multa:

A sanção pecuniária (multa) será calculada com base na gravidade da conduta, na reincidência e no dano causado ao erário, obedecendo aos seguintes limites:

- Multa Moratória (Atraso): 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia corrido de atraso injustificado na entrega do material ou na substituição de caixas rejeitadas, calculada sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 10% (dez por cento).
- Multa Compensatória (Inexecução): De 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total do contrato (Nota de Empenho), em caso de inexecução total ou entrega de material imprestável, sem prejuízo do cancelamento da nota de empenho.
- O valor da multa aplicada será retido cautelarmente dos pagamentos devidos à Contratada, ou, se for o caso, cobrado judicialmente e inscrito em Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos ilícitos, estendendo-se os efeitos das sanções (como o impedimento de licitar) aos seus administradores e sócios com poderes de administração, conforme artigo 160 da Lei nº 14.133/2021.

13 DOCUMENTOS E DEMAIS ANEXOS

Os documentos listados neste capítulo constituem anexos físicos e lógicos indissociáveis do presente Termo de Referência, possuindo idêntico valor jurídico,



técnico e normativo. A futura Contratada, bem como as empresas participantes da fase preparatória de pesquisa de preços e seleção, obrigam-se a observar irrestritamente as diretrizes, plantas, especificações e métricas neles contidas, sob pena de desclassificação sumária da proposta ou sanção por inexecução contratual.

Integram este Termo de Referência os seguintes anexos:

- ANEXO I – Especificações Técnicas Detalhadas dos Materiais
- ANEXO II – Planilha Orçamentária
- ANEXO III – Acesso ao Local de Entrega



14 DA IDENTIFICAÇÃO DOS ELABORADORES

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Setor	Responsável/Cargo	Assinatura
GMC	Carlos Alberto Maciel Santos (Gerente de Manutenção Civil)	
GMC	Patrícia Franklin Figueiredo De Sousa Brito (Ocupante Exclusivo de Cargo em Comissão)	
GMC	Mario da Silva Pereira (Encarregado Administrativo)	

ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Setor	Responsável/Cargo	Assinatura
GMC	Mylena dos Santos Moreira (Assistente Administrativo)	

AUTORIZAÇÃO PARA SEGUIMENTO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Responsável / Cargo	Assinatura
Maurício Faria Barbosa (Diretor de Operação e Manutenção)	